

A FORMAÇÃO E O ESTÁGIO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TEACHER TRAINING AND INTERNSHIP IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7582929>

AUTORES: Andréia Silva Landfeldt ¹
Airton José Vinholi Júnior ²

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA: (vinholi22@yahoo.com.br)

Fecha de recepción: 17 / 05 / 2022

Fecha de aceptación: 29 / 08 / 2022

Fecha de publicación: 30/ 09 / 2022

RESUMO

Este artigo aborda a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte, a partir de produções provenientes dos Institutos Federais com enfoque na formação e no estágio docente. Também buscou-se a realização de um breve aparato histórico da educação profissional, sua trajetória e percalços enfrentados pela mesma. Além disso, são apresentadas algumas leis e documentos consoantes à educação profissional e tecnológica. Por conseguinte, foi realizada uma revisão de literatura concernente a uma série de artigos afins selecionados sobre o tema e publicados em uma revista especializada deste cunho específico da educação profissional, cujos dados foram analisados sob descritores regionais e acerca da área de enfoque. Por fim, teceu-se comentários finais nos quais foram apontadas reflexões, especialmente sobre os conhecimentos e desafios dos professores para atuação na EPT.

Palabras Chave: educação profissional, produção bibliográfica, institutos federais.

ABSTRACT

This article addresses Professional and Technological Education (EPT) through a State of the Art bibliographic research, based on productions from Federal Institutes with a focus on

1 Graduada em Administração. Especialista em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Brasil.

2 Doutor em Educação. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: vinholi22@yahoo.com.br.

training and teaching internship. It was also sought to carry out a brief historical apparatus of professional education, its trajectory and the difficulties faced by it. In addition, some laws and documents related to professional and technological education are presented. Therefore, a literature review was carried out concerning a series of related articles selected on the subject and published in a specialized journal of this specific nature of professional education, whose data were analyzed using regional descriptors and about the area of focus. Finally, final comments were made in which reflections were pointed out, especially on the knowledge and challenges of teachers to work in the EPT.

Keywords: professional education, bibliographic production, federal institutes.

INTRODUÇÃO

A análise trazida para este artigo tem origem tanto no âmbito das discussões como de aspectos e atividades voltadas à educação profissional, científica e tecnológica, especialmente no campo da formação docente. De acordo com Tavares (2012), a Educação Profissional no Brasil foi criada para atender crianças, jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. As primeiras escolas que constituíram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tinham a incumbência de instruir os estudantes por meio do ensino de um ofício ou profissão.

Buscando aspectos históricos da expansão da Rede Federal, Tavares (2012) afirma que a retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica teve início com a derrubada de um dispositivo legal criado em 1994. A Lei 8.948/94, ao mesmo tempo em que constituía o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, paralelo ao sistema de ensino regular, transformava as antigas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET's, sob os mesmos moldes dos CEFET's de Minas Gerais, Rio do Janeiro e Paraná, que já existiam desde 1978. Tratamento diferenciado foi dirigido às Escolas Agrotécnicas Federais, que apesar de integraram o mesmo sistema, passariam por esta transformação somente mediante a avaliação de desempenho a ser coordenada pelo Ministério da Educação e Desporto – MEC (TAVARES, 2012, p.11).

Os Institutos Federais (IFs), de acordo com Brasil (2008), foram estabelecidos como instituições que têm como uma de suas finalidades promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), as instituições federais profissionais atuaram, de forma mais predominante, na oferta de cursos técnicos de nível médio. Entretanto, por volta dos anos 2000, já era perceptível a necessidade de expansão para a educação superior nestas instituições (CIAVATTA, 2006).

De acordo com informações publicizadas na página digital do Ministério da Educação (MEC, 2019), já são mais de 661 unidades integrantes da Rede Federal, sendo que esta é composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II.

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, art. 8, expressa que no desenvolvimento da ação acadêmica, o Instituto Federal tem como compromisso garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e o mínimo de 20% das vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

No tocante à expansão da educação superior no país, Nascimento e Veloso (2016) destacam que os Institutos Federais, se comparados às Universidades Federais, tiveram um crescimento bem mais significativo entre 2006 e 2014. A quantidade de vagas ofertadas em graduação em ambas instituições aparecem na Tabela 1.

Tabela 1: Número de vagas em processos seletivos, na esfera pública federal, no período entre 2006 e 2014, no Brasil.

Ano	Universidades Federais	Institutos Federais
2006	132.202	11.708
2007	139.875	14.761
2008	150.869	18.226
2009	186.984	22.857
2010	218.152	29.811
2011	231.530	38.098
2012	239.942	42.980
2013	245.933	44.971
2014	251.748	47.023
Crescimento	90%	302%

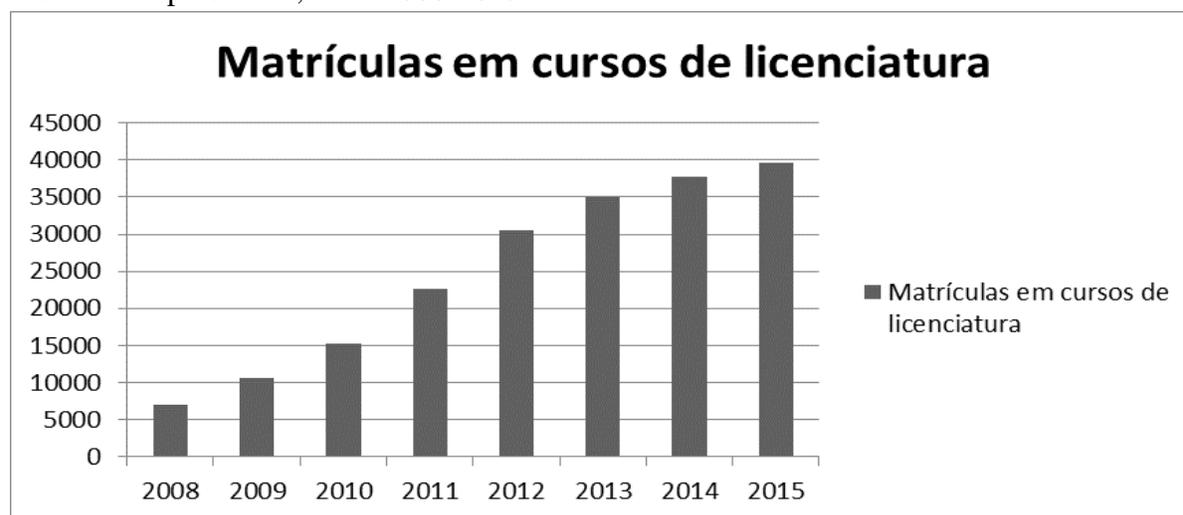
Fonte: Nascimento e Veloso (2016).

Nos Institutos Federais, a oferta de cursos de licenciatura tem tido crescente aumento nos últimos anos, que por vocação e por força de sua lei de criação, transformaram-se em ofertantes de licenciaturas na área de ciências (BRASIL, 2008). Conforme já citado, na lei

de criação dos IFs está prevista a obrigatoriedade da oferta de licenciaturas nas áreas de Ciências voltadas para a educação profissional.

Neste sentido, o considerável aumento observado por Nascimento e Veloso (2016) também acarretou, nas licenciaturas, vigoroso aumento na quantidade de matrículas. Lima e Barreyro (2018) enfatizam sobre a importância das licenciaturas nos Institutos Federais. Os autores enfatizam que essa modalidade, no âmbito dos IF's, é citada nos documentos governamentais, inclusive, como um dos aspectos do próprio processo de consolidação e que as questões pedagógicas e formativas destes podem contribuir para outras áreas e ofertas das instituições. Baseando-se em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2017), Lima e Barreyro (2018) apresentam números que representam o crescente quantitativo de matrículas em cursos de licenciatura entre 2008 e 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução das matrículas nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais, modalidade presencial, entre 2008-2015.



Fonte: adaptado de Lima e Barreyro (2018).

Nos Institutos Federais, a oferta de cursos de formação de professores a nível de licenciatura nas áreas de Ciências cumpre um dos propósitos previsto na lei de reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). A fim de compreender a realidade atual das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, é importante olhar para a história, os caminhos e os contextos da educação profissional no Brasil.

Caminhos e contextos da educação profissional no Brasil

Pode-se relacionar como um “pré-início” da educação profissional no Brasil à época de seu descobrimento, em que os índios cativos foram os primeiros a aprenderem o ofício em tecelagem, cerâmica, materiais bélicos, construção de casas, técnicas agrícolas e na elaboração de fármacos. Nessa época, a dinâmica educacional utilizada seguia os moldes da metrópole portuguesa (MANFREDI, 2002).

De forma complementar, segundo Cunha (2000), a educação profissional surge diante da necessidade portuguesa de qualificar pessoas para trabalhos mais especializados, visto que os mais “pesados” eram executados pelos escravos (índios ou africanos). Além disso, os homens livres se afastavam deste tipo de trabalho para não serem confundidos com a referida classe.

Manfredi (2002) também refere que às instituições criadas no Brasil para a aprendizagem em determinados ofícios surgiram durante o período colonial. Estas tinham por finalidade dar assistência a desamparados e carentes, dando-lhes, também, algum tipo de ofício. A formação técnica tinha como objetivo pedagógico central a capacitação de aprendizes e contramestres em atividades práticas e ensinamentos de técnicas em trabalhos manuais e mecânicos, em equipamentos adquiridos pelo Estado e/ou pelas indústrias existentes. O autor ainda comenta que, na época, dava-se preferência a jovens em situação de extrema pobreza e estes eram levados às instituições de educação profissional para serem atendidos com alimentação, alfabetização e apoio. As profissões mais ensinadas eram a de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outras. Terminado o período previsto para a formação profissional, o jovem ainda ficava por três anos na instituição que o acolheu, como forma de pagamento da educação oferecida.

Ainda no tocante à educação profissional no Brasil, Moll (2010) enfatiza que o fato marcante da organização do ensino técnico no país, em 1809, foi quando Dom João VI fundou o Colégio das Fábricas, e a partir da influência deste, foram criadas outras instituições do mesmo porte e com o mesmo objetivo, como por exemplo, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1861, os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, em 1854 e também os Institutos Liceus de Artes e Ofícios, que atuou de 1858 até 1886.

Entretanto, ainda conforme Moll (2010), o período republicano foi marcado por inúmeras transformações sociais e econômicas, sobretudo no meio urbano, e com o surgimento de novas linhas de trabalho. Assim, a proposta da educação profissional continuava a criar hábitos de trabalho especializado, qualificando a mão de obra latente e atendendo às necessidades do crescimento da indústria no Brasil.

Manfredi (2002) cita que a visão governamental da época objetivava, com o ensino técnico em ascensão, capacitar pessoas para o emprego especializado e criar um cotidiano de trabalho para o povo, pois visualizava-se que a indústria transformaria os rumos da nação.

Já a elite social vislumbrava o ensino técnico como um meio de se manter as premissas de “ordem e progresso”.

Dessa maneira, Cunha (2000) relata que Nilo Peçanha, que por meio do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices em 19 estados brasileiros, ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O autor comenta que ao se espalhar pelo país, esses centros técnicos reforçavam um vínculo do governo federal com os poderes locais e ampliava as suas alianças políticas, tornando-se mais forte e presente em seu interior. Isto fez com que o governo criasse novas alianças, distribuindo cargos e “apadrinhando” pessoas indicadas pelo governo federal.

Regattieri e Castro (2009) descrevem que a maior característica das Escolas de Aprendizes e Artífices é a de que elas eram diferenciadas de outras instituições de ensino implantadas no Brasil, possuíam modelos de seleção própria, metodologias didáticas diferenciadas, currículos dinâmicos, fins específicos e possuíam instalações próprias.

Outro momento importante da educação profissional no país foi na década de 1930, no qual, segundo Regattieri e Castro (2009), foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE) durante a reforma educacional em 1931, que atribui diretrizes ao ensino superior e técnico. Em seguida, na década de 1940, são criadas as leis orgânicas de educação nacional, fruto da Reforma Capanema³. Também nessa época, as atuais escolas de aprendizes foram transformadas em Escolas Técnicas Federais.

As mudanças continuaram a ocorrer durante as décadas de 1950 e 1960 com a criação de leis que dão corpo à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com o decreto de número 34.330/1953, seguida do decreto número 4.024 de dezembro de 1961 (BRASIL, 2001). Avançando para meados de 1994, há a evolução para a Lei 8.948/94, que preconiza a criação e expansão das escolas técnicas federais (CEFET's), que oferecem cursos de nível superior e de pós-graduação, adequando-se às premissas do ensino tecnológico.

Posteriormente ocorreram mudanças importantes na educação profissional, com a reestruturação curricular em cursos ofertados pela Educação Profissional Técnica (EPT). Cabe ressaltar que em 2008 ocorre a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a promulgação de diretrizes para o ensino médio integralizado.

³ De acordo com Dallabrida (2014), no Brasil, durante a ditadura do Estado Novo, o ensino secundário foi reestruturado pela Reforma Capanema (1942), que lhe prescreveu uma cultura escolar marcada pelo retorno das humanidades, pela nacionalização autoritária e pela permanência do método “tradicional”. Essa reforma, que fixou dois ciclos para o ensino secundário – o ginásial e o colegial –, determinou o ensino de Latim em todas as cinco séries do primeiro ciclo, diferenciando-se da Reforma Francisco Campos (1931), que previa essa língua morta somente nas duas últimas séries desse período do ensino secundário e havia tonificado as disciplinas vinculadas às Ciências Naturais.

Para se abordar a educação técnica no Brasil a partir da criação dos Institutos Federais, faz-se necessário citar a sua implementação na região Nordeste do país. Presente em todos os estados da região Nordeste e abrangendo atualmente 217 unidades, o impacto destas é de grande relevância para a história da região e um marco na educação da sociedade regional.

Segundo registros no site oficial do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE, 2012), o Nordeste se configura em uma região semiárida que ocupa 18,2% de todo o território brasileiro, com características bastante peculiares e de difícil sobrevivência, tendo em destaque a ausência de chuva. A seca característica da região traz inúmeros obstáculos ao desenvolvimento econômico desta região do país.

Pacheco (2011) cita que para se avaliar uma complexa e difícil estrutura social e geográfica, é preciso ir além do que se mostra no dia a dia das mídias sociais e televisivas, isto é, a realidade precisa ser percebida pelo ponto de vista acadêmico. O autor também comenta que torna-se importante citar que os Institutos Federais da região Nordeste, em seus Planos de Desenvolvimento Institucional e em seus Planos Políticos Pedagógicos, procuram trazer a essência da formação humana aos seus discentes, visando também fortalecer a formação docente perante a realidade social em que ambos estão inseridos.

Percebe-se, a exemplo no Nordeste, que a base dos Institutos Federais no país persegue este amplo universo de melhoria das perspectivas locais por meio de educação de qualidade que desconstrua o cenário social não favorável existente.

Então, diante de uma análise parcial, nota-se que os IFs situados na região Nordeste são de extrema relevância para o desenvolvimento de cunho local e que a presença destes na região justifica-se pela necessidade de melhoria na vida das pessoas ali presentes. Percebe-se, assim, que a sistemática aplicada à educação profissional no Nordeste pode se tornar exemplo para a educação brasileira.

A breve contextualização histórica evidencia que desde os seus primeiros passos a educação técnica no Brasil teve, positivamente, um tratamento diferenciado e sempre foi vista com determinada atenção, tanto que atualmente, de um modo geral, existem inúmeras escolas profissionalizantes, inclusive com parcerias privadas. Seguindo-se esta linha de pensamento, o recente surgimento dos Institutos Federais vem somar com este contexto, uma vez que a criação destes Institutos contribui com as necessidades existentes na indústria e no comércio nacional.

Nesta perspectiva, cabe também analisar o ensino técnico no Brasil e sua conjuntura atual, por meio de uma pesquisa do tipo estado da arte. A intenção é corroborar com informações sobre este objeto de estudo, visando por meio um diagnóstico, divulgar uma interpretação mais aprofundada sobre o tema proposto no viés de diversas fontes consultadas. Neste sentido, Romanowski e Ens (2006) citam que esta metodologia dá a contribuição de uma análise mais ampla e complexa de um campo ou de uma área pesquisada.

Diante de todo o contexto supracitado, o presente artigo tem como objetivo apresentar dados de um estudo do tipo estado da arte que envolveu um recorte da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, que buscou investigar, a partir de produções provenientes dos Institutos Federais em um periódico da área, artigos com enfoque na formação e no estágio docente.

Mesmo sob a ótica de que estágio se constitui em uma atividade balisadora à formação docente, neste trabalho a categoria estágio foi analisada de forma dissociada do processo de formação, pois buscamos observar como suas contribuições vêm sendo dinamizadas no contexto educativo e publicizadas nos artigos publicados no periódico investigado.

METODOLOGIA

Seguindo os pressupostos de estratégias metodológicas de um trabalho de revisão bibliográfica, que se configura com os processos de identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, escolhemos uma revista científica que aborda temáticas específicas da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil. Embora esse tipo de pesquisa costuma ser objeto de investigação em periódicos, teses, dissertações, livros e artigos publicados em anais de eventos, nossa proposta se pautou em um recorte que retrata a educação profissional no Brasil no escopo da formação e estágio docente.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2017. O periódico selecionado para a busca de artigos foi a Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Em seu portal⁴, consta que a revista está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). As publicações iniciaram em 2008 com escopo em trabalhos inéditos na área de Educação Profissional e Tecnológica. A partir de 2018, o periódico é editada de forma contínua.

A Revista possui ISSN 2447-1801 (Eletrônico) e 1983-0408 (Impresso). Na classificação de periódicos, quadriênio 2013-2016, possui qualis B2 no Ensino e B5 nas áreas Educação, Ciências Ambientais e Interdisciplinar. De 2008 a 2020 foram 19 números publicados, sendo que a partir de 2015 as publicações passaram a ser semestrais.

Em 2018 e 2019 o periódico contou com a participação de 125 avaliadores ad hoc de mais de 50 instituições brasileiras, sendo que aproximadamente 25% deste quadro são servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

A avaliação dos artigos pelo corpo avaliador leva em conta os seguintes critérios: originalidade, consistência teórica e metodológica, relevância para a área e atendimento às normas da revista, com tempo aproximado de seis meses para a avaliação das submissões. A imagem do portal da revista aparece na figura 1.

⁴ <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/index>

Figura 1: Imagem do portal da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT).

Revista Brasileira
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ISSN 2447-1801

CAPIA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL
ANTERIORES TEMPLATE

NOTIFICAÇÕES
Capa > v. 2, n. 19 (2020)

Visualizar Assinar

USUÁRIO
Login
Senha
 Lembrar usuário
Acesso

IDIOMA
Selecione o idioma
Português (Brasil) ▼
Submeter

TAMANHO DE FONTE

PALAVRAS-CHAVE

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

A Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) é um periódico, exclusivamente eletrônico, de acesso aberto que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. A RBEPT iniciou suas publicações 2008, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura, e a partir de 2013 passou a ser editada pelo PPGEP. A revista aceita manuscritos em português, espanhol e inglês e possui como objetivo a publicação de artigos inéditos na área de Educação Profissional e Tecnológica. A partir de 2018, a RBEPT é editada de forma contínua.

Periodicidade – Editada de forma contínua.

ISSN
2447-1801 (Eletrônico)
1983-0408 (Impresso)
DOI - <https://doi.org/10.15628/rbept.2018>

Google Scholar
H5-index – 6 H5-median – 6 (2013-2017)
Citações - Google Scholar
<https://goo.gl/SGTE7Z>

Avaliação no Qualis da CAPES
B2 – Ensino
B5 – Educação, Interdisciplinar e Ciências Ambientais

OPEN JOURNAL SYSTEMS
Ajuda do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA
Pesquisa
Escopo da Busca
Todos ▼
Pesquisar

PROCURAR
Por Edição
Por Autor
Por título
Outras revistas

ARTIGOS MAIS VISUALIZADOS
»Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional **7446 Visualizações desde: 2015-07-29**
»A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica

Fonte: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/index>

Para o cumprimento dos objetivos propostos, bem como para a análise de dados, foram selecionadas todas as edições (volumes e números) da Revista, entre os anos de 2008 e 2017, em que se observaram os seguintes descritores: 1) Região geográfica onde o trabalho foi realizado; 2) Modalidade: Técnico Integrado – Ensino Médio; Proeja; Licenciatura, Bacharelado, Especialização e Mestrado; 3) Enfoque: Estágio Docente e Formação Docente.

Os artigos analisados foram organizados em quadros e gráficos com informações mais detalhadas acerca dos descritores escolhidos para este estado da arte. A intenção é apresentar interfaces regionais com modalidades e enfoques dos artigos publicados no periódico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 83 artigos no período de análise estipulado para esta pesquisa. Contudo, apenas 21 foram considerados relevantes para os enfoques escolhidos, adotando os

descritores supracitados. Segue, abaixo, um quadro resumido dos artigos selecionados, constando o título, estado de realização da pesquisa, instituição, modalidade e enfoque (Quadro 1).

Quadro 1: Índice de temas e pesquisas sobre os Institutos Federais.

	ARTIGO	ESTADO	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	ENFOQUE
1 1	DIFERENCIAIS INOVADORES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	MA	IFMA	Licenciatura	Formação Docente
22	A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	RN	IFRN	Licenciatura	Formação Docente
3 3	PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO IF BAIANO CAMPUS SANTA INÊS: UMA PROPOSTA QUE DEU CERTO	BA	IFBA	PROEJA	Formação docente
34	RELATO DE EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS ESPANHOL DO IFRN	RN	IFRN	Licenciatura	Formação Docente
45	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A EXPERIÊNCIA DO PROEJA NO IFBA CÂMPUS DE BARREIRAS, NO PERÍODO DE 2006 – 2014	BA	IFBA	PROEJA	Estágio docente
56	IDENTIDADE PROFISSIONAL E TRABALHO DOCENTE: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFAL	AL	IFAL	Licenciatura	Formação Docente
67	FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	RS	IFRS	Licenciatura	Formação Docente
78	DA INTEGRAÇÃO DESEJADA ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	PB	IFPB	Técnico Integrado	Estágio docente

	FRAGMENTADAS				
9	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO E O DIREITO A UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS JOVENS ESTUDANTES INGRESSANTES NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO	SP	IFSP	Técnico integrado	Formação docente
810	USO DO SCRATCH NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE ALUNOS DO MESTRADO PROFISSIONAL DE ENSINO TECNOLÓGICO/IFAM	AM	IFAM	Mestrado	Formação docente
11	O ENSINO DE HISTÓRIA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO DE TURISMO - CEFETRN/IFRN - CAMPUS NATAL/CENTRAL (2005-2011)	RN	IFRN	Técnico Integrado	Formação docente
12	INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: RELATO DA PRÁTICA NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA	RN	IFRN	Licenciatura	Estágio docente
13	ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS CURSOS TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DO IFRN CAMPUS PAU DOS FERROS: ESTUDO DE CASO DAS TURMAS 2012.1 (2012-2015)	RN	IFRN	Técnico Integrado	Formação docente
14	LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: ASPECTOS PARA DISCUSSÃO	MG	IFMG	Licenciatura	Formação Docente
15	ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA REFLEXIVA: NARRATIVAS DE CONCLUINTE DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (IFRN/MOSSORÓ)	RN	IFRN	Licenciatura	Estágio Docente
116	A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO HUMANA NOS	PB	IFPB	Licenciatura	Formação Docente

	CURSOS DE LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB				
17	SABERES DOCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO IFAM – CAMPUS LÁBREA	AM	IFAM	Licenciatura	Formação Docente
18	FORMAR-SE PARA ENSINAR: EXPERIÊNCIA DE UM INSTITUTO FEDERAL	MS	IFMS	Especialização	Formação Docente
119	COMPREENDENDO A CONCEPÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS NO IFPR - CAMPUS IRATI	PR	IFPR	Superior Tecnologia	Estágio docente
20	FORMAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: UMA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE INFORMÁTICA DO IFRN	RN	IFRN	Técnico Integrado	Formação docente
21	CONCEPÇÕES DOCENTES: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADORAS E SEUS DESAFIOS NO IFRN	RN	IFRN	Licenciatura	Formação Docente

Fonte: Dados da pesquisa

Levando-se em consideração as informações apresentadas no caminho metodológico, bem como os dados constantes no quadro 1, compilamos no quadro 2 a organização dos artigos analisados por estado da federação, enfoque (formação ou estágio docente) e a quantidade de pesquisas.

Quadro 02: Estados da federação que realizaram pesquisa no período estipulado, nas respectivas áreas de enfoque

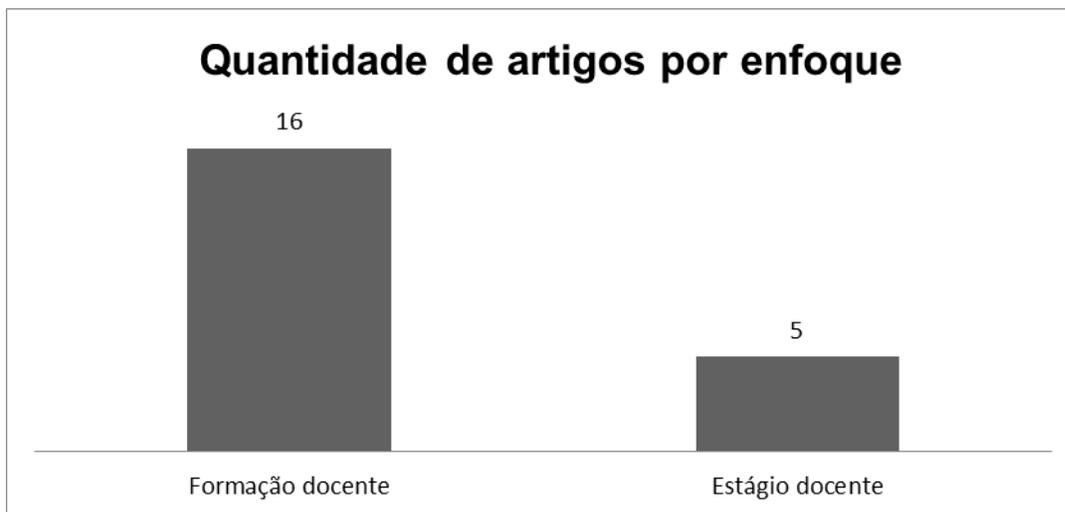
ESTADO	PESQUISA NA FORMAÇÃO DOCENTE	PESQUISA NO ESTÁGIO DOCENTE	QUANTIDADES DE PESQUISAS
Rio Grande do Norte (RN)	03 estudos com licenciatura	02 estudos com licenciatura	08
	03 estudos com técnico-integrado		
Amazonas (AM)	01 estudo com licenciatura	-----	02
	01 estudo com mestrado		
Bahia (BA)	01 estudo com proeja	01 estudo com proeja	02
Maranhão (MA)	01 estudo com licenciatura	-----	01
Alagoas (AL)	01 estudo com licenciatura	-----	01
Rio Grande do Sul (RS)	01 estudo com licenciatura	-----	01
Paraíba (PB)	01 estudo com licenciatura	01 estudo com técnico-integrado	02
São Paulo (SP)	01 estudo com técnico-integrado	-----	01
Minas Gerais (MG)	01 estudo com licenciatura	-----	01
Mato Grosso do Sul (MS)	01 estudo com especialização		01
Paraná (PR)	-----	01 estudo com superior de tecnologia	01
Total	16 trabalhos	05 trabalhos	21

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da análise dos dados dos quadros 01 e 02, observa-se importantes diferenças referentes à condução e valorização de pesquisas acadêmicas em torno dos Institutos Federais no enfoque proposto.

Sobre as modalidades, houve maior quantidade de trabalhos com enfoque na formação docente (16 trabalhos), perfazendo aproximadamente 76% dos artigos publicados. Na categoria estágio docente, encontramos cinco trabalhos (24%). Os dados encontram-se no gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade/Porcentagem de trabalhos com base no enfoque



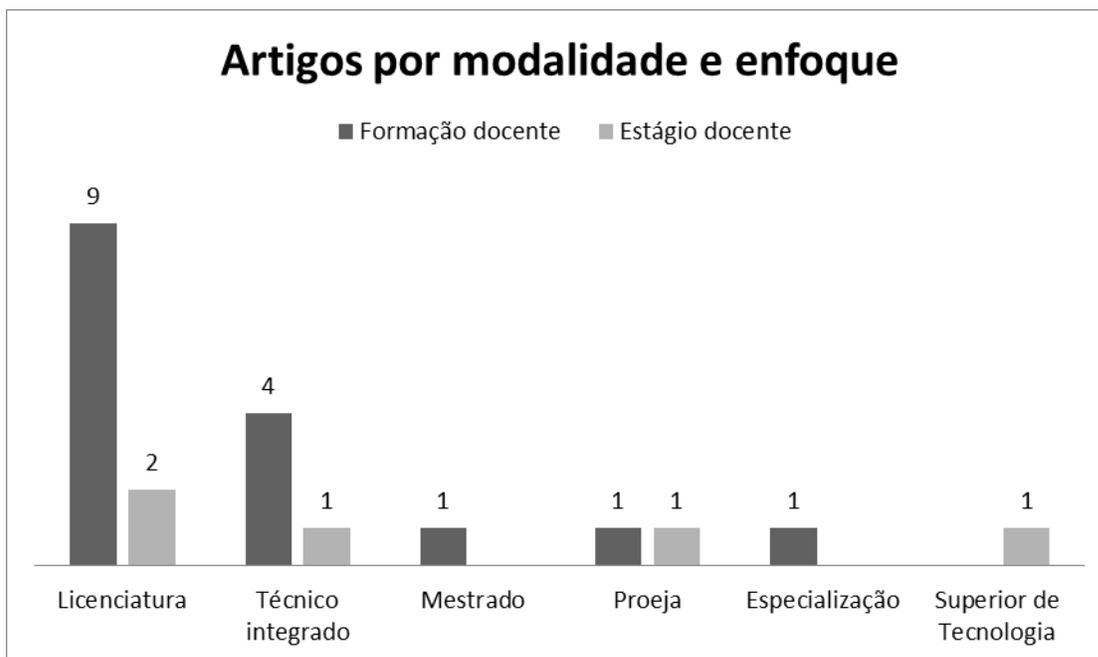
Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos maior abrangência nos estudos das licenciaturas, fato que nos remete afirmar que a preocupação com a formação inicial é mais significativa do que com as demais modalidades. Cabe lembrar que de acordo com a lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892 de 29/12/2008), a maior parte das vagas nessas instituições deve ser destinada aos cursos técnicos integrados.

De acordo com Brandt (2017), a prática docente, assim como o processo de formação que lhe é dado, desenvolvido ao longo da a carreira dos professores, requer a mobilização de saberes teóricos e práticos que sejam capazes de possibilitar o desenvolvimento das bases para que eles investiguem sua própria atividade, e a partir dela, possam constituir os seus saberes, num processo contínuo.

Assim, os Institutos Federais se caracterizam pela oferta de diversas modalidades de ensino, que vão desde os cursos técnicos integrados ao ensino médio até os cursos de doutorado/pós-doutorado, contemplando, ainda, todas as modalidades do ensino de graduação. Dessa forma, os Institutos têm em seus quadros docentes servidores com características bastante particulares e diferenciadas, se compadas à outras instituições, que têm enfoque mais específico e determinado. O gráfico 3 aponta o quantitativo de artigos encontrados por modalidade, considerando o enfoque em que se enquadra.

Gráfico 3: Artigos que compuseram o estado da arte por modalidade e enfoque.



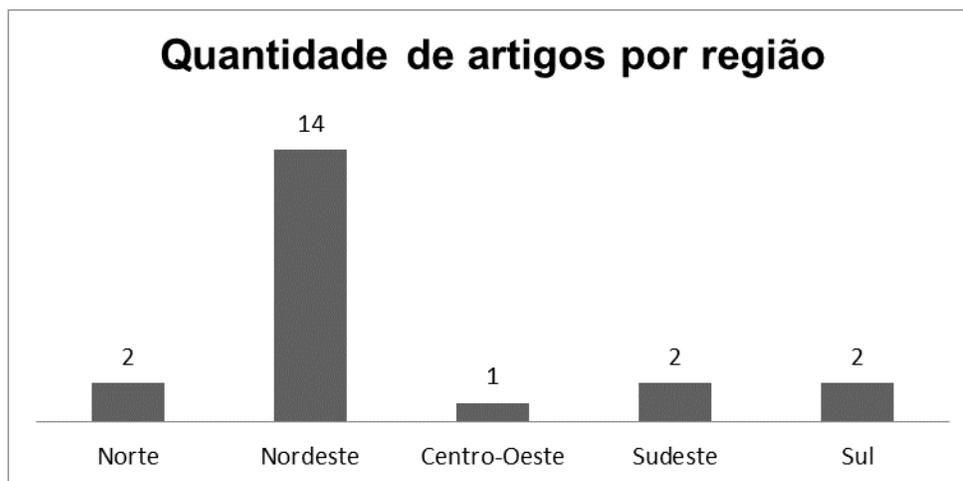
Fonte: Dados da pesquisa.

No contexto da educação profissional, científica e tecnológica, os artigos publicados no periódico enfocam com maior veemência as atividades no âmbito da formação e do estágio docente nas licenciaturas, seguido pelos cursos técnicos integrados. Moura (2008) comenta que para que possa ocorrer uma formação de professores eficiente na educação profissional e tecnológica, devem ser estabelecidas interfaces entre os conteúdos de disciplinas de formação geral e profissional, não voltadas a formar exclusivamente para atender o mundo de trabalho. A formação deve contribuir para a minimização da fragmentação do currículo, bem como ampliar para uma maior aproximação da problemática das relações entre educação e trabalho.

Entendemos que o estágio docente faz parte do processo de formação, por isso o número mais reduzido do que a própria categoria de enfoque formação docente. Para Silveira et al. (2018), os cursos de licenciatura detêm um papel fundamental para a formação do professor iniciante, pois é o momento em que o licenciando vivencia a interface entre teoria e prática, aprimorando seus conhecimentos e suas práticas educativas através do estudo, da análise e da reflexão das questões que envolvem o processo da sala de aula, o ensino e a aprendizagem. Assim, é importante pensarmos no estágio enquanto componente curricular, que determina a culminância de uma parte significativa do aporte teórico e das metodologias discutidas e trabalhadas ao longo do curso.

No que se refere à região do país em que os trabalhos foram realizados e, posteriormente publicados na Revista, percebe-se expressiva dominância da Região Nordeste, perfazendo mais de 63% dos artigos, conforme apresentado no gráfico 4.

Gráfico 4: Quantidade de artigos analisados por região brasileira.



Fonte: dados da pesquisa.

Cabe ressaltar que a região Nordeste é composta por nove estados, sendo que os estados da Bahia e do Pernambuco têm, cada um, dois Institutos Federais, perfazendo onze instituições ao todo. Ademais, o IFRN, instituição sede da Revista analisada, é uma instituição centenária e possui profunda importância na disseminação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e formação profissional. O IFRN, na região Nordeste, foi o mais preponderante nas observações que fizeram parte das análises neste trabalho (38% dos trabalhos).

Partindo-se para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pôde-se notar que os escritos apresentados nos artigos 1, 2, 3, 6, 7, 9, 16, 17 e 19 do quadro 1 manifestam preocupação com a formação docente, com a inovação e com novas perspectivas dentro do ensino de nível técnico, uma vez que os artigos demonstraram interfaces dos respectivos cursos com a trajetória profissional do alunado. Além disso, existe uma preocupação em se atender a tecnologia evolutiva (constante), principalmente no contexto industrial.

Já na leitura realizada nos artigos 4, 5, 10, 12, 18, 20 e 21, percebemos artigos voltados a aplicações pedagógicas presentes no cotidiano de sala de aula. Assim, nota-se um compromisso docente com novas práticas e metodologias, visando ampliar as possibilidades no contexto da docência, favorecendo os processos de ensino e aprendizagem.

Já na análise dos artigos 8, 11, 13, 14 e 15, a discussão girou em torno do discente e sua produtividade. Neste patamar, procuramos diagnosticar a qualidade da produção científica, da capacidade técnica e da evolução e amadurecimento do estudante em sala de aula. Notamos que quando se alia o ensino médio com o aprendizado técnico-profissional em uma instituição, os resultados sociais com o jovem são melhores e que este tipo de ensino não somente o prepara para o mundo do trabalho, mas também possibilita consciência cidadã e humana.

Assim, este estudo sobre a educação profissional, científica e tecnológica na abordagem da formação e do estágio docente trouxe academicamente, nos resultados desta pesquisa, um conceito positivo em relação às instituições envolvidas e mostrou um forte comprometimento docente com a sua instituição e seus alunos, fato percebido na leitura dos artigos selecionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto pretendeu apresentar as principais tendências acerca dos enfoques formação e estágio docente, no período compreendido entre 2008 e 2017, publicados em um periódico voltado à publicações sobre a educação profissional, científica e tecnológica.

Por meio da realização de uma pesquisa do tipo estado da arte, metodologia que se configura em uma revisão de bibliografia sistemática dos principais escritos em questão, consideramos que tenha sido proporcionada uma avaliação e um maior aprofundamento sobre as temáticas escolhidas para a pesquisa. Nessa perspectiva, este tipo de estudo é essencial para a compreensão da amplitude de diagnóstico coerente e palpável, referente ao tema.

Expusemos inicialmente alguns dados e características dos Institutos Federais, promovendo dados e contextualizações acerca da importância destas instituições com a história do país, bem como os produtos que a Rede Federal vem ofertando à população brasileira.

Salientamos, por fim, que não existe uma receita para lecionar. A prática pedagógica, desde os primórdios, não é definida como um roteiro pronto e acabado. As interfaces, obstáculos, ambientes e contextos são inúmeros e diversos dentro de sala de aula, o que desafia a prática do professor e requer uma boa formação inicial. Ademais, as peculiaridades que envolvem a educação profissional não podem ser negligenciadas, ao contrário, precisam ser enfatizadas na docência de um Instituto Federal. Assim, para a devida discussão sobre a atuação docente na EPT, concluímos ser de fundamental importância o entendimento dos princípios históricos e filosóficos que envolvem a educação profissional brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB.
- Educação Profissional e Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio: Documento Base. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.
- Presidência da República. (2001). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília.
- Brandt, A. G. (2017). Política de formação de professores dos Institutos Federais: um caminho a ser consolidado. In: IV Colóquio Nacional e I Internacional a produção do conhecimento em educação profissional: a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional NATAL. COLOQUIO PUBLICAÇÕES. NATAL.
- Ciavatta, M. (2006). Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, Especial, p. 911-934.
- Cunha, L. A. (2000). O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, nº 14, p. 89-108.
- DALLABRIDA, N. (2014). O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. Perspectiva (UFSC), v. 32, p. 407-427.
- Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (2005). A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-56.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. (2012). Projeto político-pedagógico institucional. IFPE Ed.: Recife.
- MANFREDI, S. M. (2002). Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez.
- Ministério da Educação, Brasil. (2019). Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>.
- Moll, J. [Org.]. (2010). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades. Porto Alegre: Artmed.
- Moura, D. H. (2008). A formação de docentes para educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, 2008.

- Nascimento, A. R. O.; Veloso, T. C. M. A. (2016). A participação dos Institutos Federais na expansão da Educação Superior Pública Federal no Brasil entre 2006 e 2014. In: Seminário Nacional Universitas BR, 2016, Maringá-MT. Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR.
- Pacheco, E. (2011). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: _____. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna.
- Regattieri, M.; Castro, M. (Orgs.).(2009). Ensino Médio e Educação profissional: desafios da integração. Brasília: UNESCO.
- Romanowski, J. P. (2002). As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertação dos anos 90. 2002. 132 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Romanowski, J. P.; Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “Estadio da Arte”. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37-50.
- Silveira, C. S.; Firmo, A. F.; Silva, M. A. (2018) Reflexões sobre a disciplina Estágio Supervisionado do curso de letras do IFCE. In: VII ENALIC - Encontro Nacional das Licenciaturas, 2018, Fortaleza. Anais Enalic. Campina Grande: Editora Realize, v. 1.
- Tavares, M. G.(2012). Evolução da Rede de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL 2012, 2012, Caxias do Sul-RS. Anais do IX ANPED SUL.